A Amazónia e o seu desenvolvimento

A AMAZÓNIA e o seu desenvolvimento

por ARTUR CEZAR FERREIRA REIS

POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS...

Am 9110981 R375e

SEPARATA DA REVISTA 'OCIDENTE' — VOLUME LXXXI
LISBOA, 1971

O MUNDO AMAZÓNICO. CARACTERÍSTICAS.

Há, na Sulamérica, três regiões perfeitamente distintas — a platina, a andina e a amazónica. Caracterizam-nas os aspectos fisiográficos, fundamentais na distinção e personalização de uma região geográfica e mesmo cultural. Na primeira, o que assegura a distinção é a bacia do Prata, com seus formadores Uruguai e Paraguai e respectivos afluentes e confluentes. Na segunda, o elemento por excelência a ser utilizado é a cordilheira andina, que se estende de norte a sul de maneira ponderável. Na terceira, a bacia hidrográfica do Amazonas, a maior do mundo e a que, por isso mesmo, vem provocando a atenção universal.

Na primeira, ocorreu um processo de integração admirável, com a segurança de potencial de progresso evidente. Foi palco de uma vida extremamente difícil depois da independência dos Estados que a conformam politicamente. Disputou-nos, durante muito tempo, uma primazia no continente. Os nossos grandes conflitos militares alí se efectivaram.

Na segunda, não ocorreu ainda aquele processo desenvolvimentista que podemos encontrar na primeira. Viveu experiência interessantíssima no período anterior à conquista espanhola e, como a primeira, a experiência dolorosa de sua afirmação como soberania e autonomia política.

Na terceira, encontramos o mundo subdesenvolvido mais visível, com a incógnita de sua realidade nos seus aspectos maiores e menores. Muito de seu espaço continua desconhecido, impenetrado, apesar do interêsse que sempre despertou e provocou a movimentação da ciência universal, que dele se aproximou e nele exerceu uma intensa actividade descobridora e inventariadora, ainda, apesar de todo esse esforço, sem os resultados finais definitivos.

O mundo amazónico constitui cerca de sete e meio milhões de quilómetros quadrados, dos quais quatro milhões e meio pertencem ao Brasil, que o descobriu e incorporou politicamente como área sobre que exerce indiscutível soberania. Conhece outras soberanias, as representadas pela Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Representa a vigésima parte da superfície terrestre, um quarto das disponibilidades de água doce do mundo, um terço da floresta latifoliada da terra, com ùnicamente dois e meio milésimos da população universal.

Em janeiro de 1967, reuniu em Manaus o Itamarati II, que tomou consciência da situação particular das áreas amazónicas daqueles países, informando-se, pelo testemunho e pela notícia actualizadíssima de nossos representantes diplomáticos ali acreditados. Essa situação, conforme os dados então manipulados para esse inventário preliminar e para tomada de posição face às políticas integracionistas que aquelas nações estariam promovendo, era mais ou menos idênticas em todas as áreas não brasileiras. Despovoadas, culturalmente pobres, econòmicamente realizando-se

sem perspectivas maiores que aquelas que o extrativismo autoriza no imediatismo de sua projecção.

Os programas de acção incluiam, realmente, um propósito de modificar o quadro sem que, no entanto, as possibilidades de sua execução ou as ambições que pudessem oferecer importassem na existência de uma decisão de Estado que nos fizesse cientes de que as Amazónias, não brasileiras, estavam realmente constituindo uma preocupação de seus respectivos governos para o futuro mais próximo. Houve mesmo o caso da Venezuela, que nem sequer fazia figurar, nos objectivos da segurança nacional, a área amazónica de seu território. É certo que, no particular do Peru, ocorria uma atitude diferente — o Presidente Belaunde Terry fizera sua campanha eleitoral em termos de conquista e de integração da sua Amazónia, uma vez que se considerava a «costa e a sierra» como espaços integrados e, em certo sentido, realizados como operação secular. Legislação de fomento, de preservação e de sentido permanente vem sendo decretada com sucesso visível. A experiência colombiana é menos ponderável.

O mundo amazónico, marcado pela bacia hidrográfica, pela vegetação, representada na floresta fechada em exploração muito escassa, conquanto a economia regional ainda seja uma decorrência do que essa mesma floresta proporciona, compõe, portanto, um mundo perfeitamente definido, autónomo no contexto sulamericano, totalizando 2/5 desse contexto territorial. A população indígena existente, seja na forma tribal, seja na acomodação em que vive com os elementos não indígenas ou mestiços, é o mais representativo numèricamente. A ocupação do território não vem sendo uma operação decorrente de um propósito oficial permanente, mas uma ocupação natural, mansa, levando ao crescimento demográfico vegetativo. E como consequência, o processo de civilização ocorrendo lenta e precàriamente.

A AMAZÓNIA BRASILEIRA. CARACTERÌSTICAS.

Somos o espaço maior — mais de quatro milhões de quilómetros quadrados. Os quadros populacionais são igualmente pequenos, se considerarmos o total da população brasileira — pouco mais de cinco milhões de habitantes, em 94 milhões, mas muito superiores aos quantitativos das cinco outras áreas amazónicas. As populações indígenas perderam a expressão anterior, dos séculos XVII e XVIII, quando efectivamente representavam o fundamento humano, social. O rio, no entanto, para usar expressão de um ensaista amazónico, o sr. Leandro Tocantins, continua a comandar a vida. É dominante, como a floresta, que assegura também o mais intenso da actividade económica, o que de logo pode autorizar uma conclusão imediatista — a Amazónia brasileira, como parte do mundo amazónico, é um mundo por humanizar, aqui o humanizar definindo a parcimónia, em termos de civilização, do processo de posse efectiva com as manifestações visíveis de que já realizamos uma tarefa de domínio, vencendo a natureza tropical.

Sim, porque cabe aqui registar, como elemento importante a considerar, quanto aos êxitos e fracassos do empreendimento, que o trópico conta, vale, para explicá-lo, evidentemente sem que importe em assegurar-lhe ou reconhecer-lhe uma ponderância, uma importância ou uma interfe-

rência capital. Região tropical, a Amazónia, naqueles altos e baixos, não teria apresentado os mesmos índices de progresso que se podem encontrar em outras partes da Sulamérica ou, para ficar no caso particular do Brasil, em outras áreas do território nacional, em razão de sua condição de trópico. As restrições que se faziam, no passado, aos trópicos, consequente a contactos nem sempre mais longos ou observações científicas um tanto apressadas, ou prejuízos que se afirmaram estão perdendo expressão. Porque, na verdade, eram muito mais resultantes de posições políticas, compreensíveis, dos países colonialistas, interessados em manter-se sobre populações submetidas à sua soberania e aos seus interesses económicos, que pròpriamente das indagações científicas de cunho realístico. O velho debate, que se travou na Europa até os finais do século XIX, acerca das excelências ou não das terras americanas, admiràvelmente examinadas por Antonelo Gerbi, em livros intitulados «*Viejas Polemicas sobre el Nuevo Mundo*» e «*La disputa del Nuevo Mundo*», é um debate encerrado definitivamente. E sobre os trópicos, na sua forma negativa, está começando a constituir também capítulo em vias de perda total de substância e interesse. A Amazónia não terá alcançado o progresso de outras regiões porque fosse parte dos trópicos húmidos sulamericanos, mas por força de outras razões, mais imediatistas, da acção do homem sobre a natureza portentosa, que despertou, com os entusiasmos primários, a acção predatória e, insisto, imediatista.

Na Amazónia brasileira já foi possível realizar uma acção criadora, que se representa em todo o conjunto de manifestações da inteligência humana. As cidades capitais que construíu, com a presença indiscutível da energia brasileira, que foi efectiva, poderante, suporte de todos esses actos de energia que se constatam, comprovam fàcilmente essa verdade. Se realmente ainda podemos aceitar como exacta a frase «o rio comanda a vida», o que importaria em proclamar o estado de natureza em que se viveria, cedendo aos imperativos do meio físico e sem que o homem tivesse podido exaltar-se por comportamento a refletirem suas melhores decisões e seu sucesso, se esse estado de natureza pode ser defrontado, sem esforço, a poucos quilómetros dessas cidades capitais, nem por isso podemos deixar de constatar, igualmente que, enfrentando o meio físico, o homem multiplicou-se e está agora semeando a boa semente da empresa agrária, da empresa criatória, do empreendimento industrial, da vitória sobre a terra firme, da renovação de seu equipamento cultural, através de universidades que funcionem e começam a formar as equipes que comandarão o futuro, elaborando as elites essenciais, indispensáveis mesmo, à renovação que se inicia.

Falamos que o homem começa a alcançar vitória sobre a terra firme. É preciso recordar, ou ter sempre em mente, que até bem pouco o homem amazónico vivia ou construia a sua vida ao longo dos rios, utilizando as várzeas para suas actividades. A terra firme, distante, era tida e havida como de difícil acesso para qualquer empresa que não fosse a predatória do extrativismo imediatista, rendoso até agora. Com a abertura das rodovias, o mito está perdendo viço. A Belém-Brasília, a Manaus-Itacoatiara, a Manaus-Mancapurú, a Manaus-Porto Velho, a Porto Velho-Brasília, a Bragança-São Luiz, a Macapá-Clevelândia, a Manaus-Caracarahy, como anteriormente a Belém-Bragança, significam a mudança e, com ela, um

capítulo novo do êxito e vitória na renovação. Evidentemente essa renovação não se processa com velocidade. Tão pouco é vagarosa demais. Há um meio termo. A confiança nos dias que virão, sem o apelo à manutenção do passado extrativista, que foi natural nas circunstâncias de suas raízes no tempo, compreensível, necessário ao tempo, é confiança que se evidencia. A actividade agrária, a actividade criatória, a actividade industrial marcam a nova fase. A Amazónia brasileira, nesse particular, supera as outras Amazónias, pela intensidade do esforço que se opera e está conduzindo a uma sua maior e mais extensa e mais rápida integração a um mundo mais próspero e menos rude no trato da própria natureza. As políticas adotadas, fora do Brasil, pelos nossos vizinhos, não expressam uma compreensão da gravidade da situação que se poderá criar com o espaço aberto que possuem face a desventuras, fáceis de constatar em outros cantos da terra habitada por excessos demográficos.

A Amazónia brasileira, como as outras Amazónias, constitui, no entanto, uma das áreas menos sabidas, apesar de toda a legião de cientistas nacionais e estrangeiros que a visitaram e pretenderam estudá-la. Seu sub-solo está oferecendo supresas magníficas. E o que se afirmava nesse particular, até bem pouco, era justamente de molde a nos levar à convicção de que na Amazónia seria até criminoso investir qualquer espécie de recursos na simples pesquisa de seu sub-solo. O que então poderia afirmar o conhecimento geológico só admitiria aquela conclusão negativa. Ora, o que se está apurando hoje — bauxita na fronteira com a Guiana Francesa, bauxita nos rios que limitam o Amazonas e o Pará (Nhamundá e Trombetas), ferro no Villa Nova e no Jatapú, cassiterita no vale do Madeira, manganês no Amapá e no Aripuaná, sal-gema entre o Madeira e o Tapajóz, diamantes no vale do Rio Branco, no Tocantins-Araguaya, ouro no Tapajóz e afluentes, ouro em rios da bacia do Rio Negro, linhito na bacia do Solimões-Maranon, conduzem a outra conclusão.

Os inventários, na base das informações bibliográficas existentes e compulsáveis, de autoria de Clara Pandolfo, a informação levantada pela CODEAMA, de autoria de economistas daquele órgão da administração amazonense, os espécimens que se podem ver, existentes nos mostruários do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazónia, em Manaus, complementando aquelas comprovações positivas, conduzem realmente a uma outra concepção — o subsolo da Amazónia não é pobre e poderá trazer surpresas ainda mais positivas, já indicadas pelos técnicos que a FAO nos forneceu nos dias iniciais da SPVEA, hoje a SUDAM.

O inventário da Amazónia, seja a brasileira, sejam aquelas outras dos países confinantes, não pode deixar de ser aprezado, constituindo-se as equipes que deverão proceder a trabalhos de campo e de análises do material coletado. O Instituto Agropecuário do Norte, o Instituto de Pesquisas da Amazónia, o Instituto Evandro Chagas, o Museu Paraense Emílio Goeldi, as Universidades Federais do Pará e do Amazonas precisam, para essa tarefa urgente, ser convenientemente aparelhadas. Com recursos técnicos, financeiros e pessoal em quantidade e qualidade suficiente, o que se sabe, todavia, não é de salientar. Falta tudo ou quase tudo para que esses organismos funcionem a pleno emprego, numa impressão imediatista e talvez perigosa ou inautêntica, de que essa exiguidade, limitação, descaso pelo equipamento e pelo funcionamento adequado daqueles centros de

actividade científica e de pesquisa aplicada, obedeçam, ingènuamente, a intenções que não deverão ser as dos interesses brasileiros. Faz-se necessário e urgente que se verifique detidamente esse quadro desalentador, fazendo da decisão de inventariar a Amazónia por suas instituições especializadas uma decisão sua na indicação do que representa como suporte da ocupação da Amazónia, como dever nacional.

Escrevi, em conferência proferida no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, — «há que se proceder, portanto, a fim de que se torne efectiva e realista a ocupação da Amazónia, a um inventário da Amazónia brasileira, revelando-a, na sua realidade, como mundo tropical e empório de matérias primas, região cuja integração representa, em nosso entender, a grande operação geo-política do futuro, importando na maturidade brasileira. A estratégia a ser adotada deve ser esquadrinhada e realizada por nós próprios, brasileiros, e sob nossa orientação e decisão, conquanto aceitemos aqueles que connosco venham colaborar, naquelas condições, e com intenções nítidas de cooperação, visando a modificar, através da ciência e da tecnologia, os quadros em que ela se nos apresenta no momento.

A Nação não pode mais ignorar o que realmente possui no seu vasto império tropical. A maturidade de um País não se representa apenas na decisão de seus homens de Governo, nos seus feitos militares felizes, na estruturação de uma economia, alicerçada na produção em massa, que satisfaça os mercados internos, e nas relações exteriores realizadas na medida em que haja produção exportável, desnecessária ao consumo interno. Uma Nação adquire altura de maturidade quando realmente pode enfrentar os problemas de sua vida interior e lhes dar a devida solução, isto é, aquela compatível com a sua dignidade, com seus foros de cultura, visando à satisfação do bem-estar de suas populações, já escrevi em meu livro — «*A Amazónia e a Integridade do Brasil*».

Tal inventário faz-se tanto mais necessário e urgente quando consideramos a potencialidade que a Nação começa a alcançar na sua projecção universal, nas responsabilidades que assume, nos esforços a que procede para abandonar a condição de subdesenvolvida a fim de assumir a grande função do País em plena conquista de sua energia, na realização de sua civilização. As matérias primas da Amazónia são essenciais a esse novo momento, que estamos criando. O nosso império terá de representar um papel excepcional nessa fase, desde que saibamos, com segurança, encerrando o período do sensacionalismo tão prejudicial e tão falso, o que ele pode proporcionar. Será pedir muito, sonhar, imaginar fora da realidade, pensar em termos como estes? Acredito na ressonância destas palavras que não expressam emocionalismo, mas realismo que não pode, porém, deixar de reflectir, o sentimento cívico a presidir qualquer iniciativa em Nação jovem como a nossa.

AMAZÓNIA OCIDENTAL E AMAZÓNIA ORIENTAL

Esta, a Oriental, integra-se pelos Estados do Pará, Território do Amapá e áreas amazónicas de Goiás e Maranhão. Aquela, pelo que dispõe o artigo 1.º, parágrafo 4 do Decreto 291, de 28.2.67, dos Estados do Amazonas e Acre, Territórios Federais de Roraima e Rondónia, há que acrescentar, justamente, a área amazónica de Mato Grosso.

A idéia da diferenciação, para efeito de acção governamental nos planos de trabalho a executar, partiu do economista amazonense Samuel Benchimol que, no curso de Análise Económica, ministrado em Manaus pelo Departamento Nacional do SESI, sob o patrocínio do Governo do Amazonas e da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade do Amazonas, sustentou a evidenciação da existência de sub-regiões do mundo amazónico. Na parte brasileira, havia que compreender, de logo, aquelas duas definidas particularidades regionais. A idéia foi defendida e aceite pelo poder público que, através de legislação pertinente e de actos do Ministério do Interior, está promovendo uma política que reconhece a realidade das duas Amazónias, tendo em vista que a primeira beneficiara-se de sua fronteira marítima e, como consequência, já alcançou um desenvolvimento que não é a característica da outra, isto é, da Ocidental. Nesta, que dispõe de uma fronteira interior imensa, que exigiu a criação e instalação, em Manaus, de um Comando de Fronteiras do próprio Comando Militar da Amazónia e já parte para um Comando Naval e uma Zona Aérea, o subdesenvolvimento é mais intenso, visível, o que justifica plenamente a intensificação, alí, da estratégia governamental em dinâmica maior.

A Amazónia Ocidental, pelos dados levantados pela SUDAM, representa, do ponto de vista de sua extensão territorial, 25,24% do Brasil, com 2 184 724 quilómetros de superfície, população que não ultrapassa o milhão e meio de habitantes, equivalente a 0,44 de densidade por quilómetro e 1,12 em relação ao Brasil.

A Amazónia Oriental totaliza 2 804 917 quilómetros quadrados, portanto 32,48 da superfície em relação ao Brasil; população de 4 381 613 habitantes, portanto, 0,64 habitantes por quilómetro e 4,95% da população brasileira.

Nesta, o Pará em primeiro plano, há um grau de desenvolvimento apreciável, tendo Belém como metrópole, que se assegura sua posição ímpar por todo o conjunto de circunstâncias naturais e por uma expressiva actuação de seus habitantes e de seus governantes, que a realizam como demonstração admirável do que o homem brasileiro, no mundo tropical, pode promover.

É preciso, a esta altura de nossa exposição, registrar que a divisão das duas Amazónias, para efeito de acção governamental, não teve qualquer intenção restritiva ao desenvolvimento de uma em favor da outra. O que se considerou realisticamente, foi que, a Oriental, com um acervo tradicional ponderável, já se distanciara da outra no processo de crescimento, exigindo que se intensificassem, por isso mesmo, na Ocidental, maiores esforços para que ocorresse o equilíbrio, essencial a um desenvolvimento não parcial, mas homogéneo e harmónico quanto possível. A extensão, o despovoamento, a linha de fronteira, o subdesenvolvimento ofereciam razões bastantes para que a sugestão do professor Benchimol tivesse a receptividade que alcançou e se justifica fàcilmente. A propósito, será do maior interesse a leitura dos dois admiráveis volumes que escreveu recolhendo as aulas que proferiu, intitulados «*Estrutura Geo-Social e Económica da Amazónia*», edição do Governo do Amazonas, série Euclides da Cunha.

A SOCIEDADE AMAZÓNICA. FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Os homens que vieram promover o descobrimento do espaço amazónico e dominá-lo na aventura mercantil e no exercício de uma estratégia política para imposição de uma soberania, não eram muitos. Vieram de Portugal e do Nordeste. Em 1616, plantaram um estabelecimento militar, o Presépio, que sombreou o núcleo, Belém, que comandaria a expansão em direcção ao norte, ao sul e em direcção ao oeste, com o que se elaborou uma base física gigantesca em detrimento ao que se pactuara em Tordesilhas. Alcançou-se, nessa expansão, o Maranon espanhol e o Orenoco pela via do Cassiquiari.

Os elementos indígenas, que compunham as sociedades e culturas regionais, opuseram reacção pouco violenta, e que facilitou a empresa de descobrimento e de imposição de soberania com o complemento ou fundamento material da exploração florestal e animal que assegurou a presença da nova humanidade que se começou a criar.

Essa nova humanidade foi a resultante do processo de mestiçagem, intensificada por decisão oficial que, desse modo, deu raiz a uma sociedade solidária que permitiu a manutenção do «status» político e cultural. Impôs-se a língua portuguesa, em substituição aos falares dos gentios locais. Estabeleceram-se dezenas de núcleos urbanos, as aldeias missionárias, que compuseram o fundamento das vilas, cidades e povoados que, sob o Consulado de Pombal, surgiram ainda e também por decisão oficial. Seis Ordens Religiosas actuaram sobre a multidão nativa integrando-a ao novo espaço político e facilitando a empresa mercantil que se operava. A mestiçagem, sendo a solução feliz para a sociedade solidária, permitiu uma tranquila posse e um domínio político que levou aos exageros de um Estado autónomo na região, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, que sucedia, em 1751, ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, desligado inteiramente de qualquer vínculo de subordinação ao Estado do Brasil. A Capitania de São José do Rio Negro, para completar o mecanismo administrativo, com o Bispado do Pará e a Vigararia do Rio Negro, constituiu capítulo decisivo da acção do governo, traçada de Lisboa.

Escravos negros não compuseram a mesma gama que vamos encontrar no Nordeste açucareiro ou na região da mineração. Foram porção pequena. O extrativismo vegetal exigia mão de obra encontrada no gentio da própria Amazónia. Casais de açorianos, em meados do século XVIII, trouxeram sangue novo. Instalaram-se no Amapá, dando origem a Macapá, e em Bragança, fundação deles. A independência fez emigrar contingente português que não aceitou o facto consumado do Sete de Setembro, ou se arreceiou dos extremosos nativistas que explodiram e levaram à crueza da Cabanagem, quando os desfalques na população se elevaram a cerca de 30 mil vidas. Nos princípios do século XVIII, uma epidemia de varíola sacrificara 40 mil índios das aldeias missionárias. As epidemias, trazidas pelos barcos de comercialização, contribuiram igualmente para outros desfalques menos expressivos. Arthur Viana, em livro memorável sobre «*As Epidemias no Pará*», traçou o histórico minudente da ocorrência, à luz de gráficos e notícias fidedignas.

Antes dos nordestinos, atraídos pelos preços convidativos da borracha ou transferidos para a região em virtude dos surtos violentos de secas

que os atormentavam, maranhenses procuraram o extremo norte, instalando-se no Solimões e no Purús. Movimentos internos de população, que se deslocavam de um rio a outro, na busca dos produtos florestais, no século XIX, ocorreram depois da Cabanagem. Santarenos, Obidenses, montealegrenses e cameteoaras abriram as correntes migratórias internas, dirigindo-se, de preferência, para o Madeira.

A migração nordestina provocou a expansão pelos altos rios, aí incluído o alto Purús-Acre e o alto Juruá, o que nos valeu o crescimento territorial no episódio da aquisição do Acre. Quando do último conflito mundial, os nordestinos voltaram a ser mobilizados para a recuperação dos seringais, o que se fez com uma vivacidade bastante apreciável e sem as perdas de vida que se anunciaram em mais um sensacionalismo doentio e maldoso.

A contribuição de estrangeiros não é vultuosa. Os norteamericanos que procuraram a Amazónia, depois da guerra de Secessão, não alcançaram sucesso. Estabeleceram-se em Santarém. Sírios e libanezes, como portugueses que voltaram com o sucesso do «rush» da borracha e se fixaram em Belém e Manaus, como barbadianos que se aglomeraram nas duas cidades e em Porto Velho, desaparecendo sem que a emigração deles fosse continuada, registraram os algarismos maiores. Hoje, há a experiência japonesa, bem sucedida e sem qualquer ocorrência prejudicial ao seu crescimento. São colonos activos, que introduziram a juta e a pimenta do reino na modificação da paisagem económica. Projectos de transferência para a Amazónia de portoriquenhos, árabes e mestiços de japoneses com norteamericanos, frutos da ocupação norteamericana do Japão, não foram autorizados pelo governo brasileiro. Seriam o início da grande movimentação de grupos humanos que compõem os excedentes populacionais a serem abrigados, sob atenções dos organismos internacionais, nas áreas abertas, os espaços ainda não ocupados do mundo. O crescimento vegetativo da população amazónica é grande. Não o bastante, contudo, para a operação que se deseja de ocupação imediata e não a longo prazo como vem sucedendo. Uma política demográfica, portanto, está a impôr-se para evitar surpresas, como aquela da exigência de nossa concordância para a instalação das sobras populacionais, decorrentes da explosão demográfica universal.

A ECONOMIA AMAZÓNICA

Quando falamos em Amazónia, a ideia do extrativismo é imediata e razoável. A economia regional continua, porém, presa a esse extrativismo, pergunta-se? Os homens que fazem a Amazónia não puderam ou não tiveram a coragem, a iniciativa necessária para mudar, num esforço de progresso? Ou estamos em face de uma comprovação de que, distantes do extrativismo, não poderemos ter o pé firme na Amazónia, nela criando novas actividades que signifiquem a mudança?

O extrativismo florestal e a colecta de peles de animais silvestres constituiram, com a pesca, sob técnica indígena, os fundamentos económicos da aventura amazónica. Essa não pode, porém, continuar a ser a constante do que fazemos na Amazónia. A mudança de orientação é necessária, imperiosa, mas não deve significar o abandono daquele extrativismo. O que é preciso fazer, nesse particular, é adoptar técnicas novas que pro-

duzam maior rendimento e não signifiquem apenas um assalto à floresta para explorá-la primàriamente na realização de uma economia destrutiva. A juta e a pimenta do reino, como no passado o cacáu, o café e a cana, e hoje o arroz, o guaraná, são empreendimentos agrícolas bem sucedidos.

A pecuária, outro aspecto a considerar na conjuntura económica regional, principiou na Amazónia pela Ilha do Marajó, onde, no século XVII, Ordens Religiosas montaram as primeiras fazendas de criar gados vacum e cavalar. Essa é a origem dos rebanhos daquela Ilha. Depois, foi a vez do Baixo Amazonas, cujos pequenos campos também foram aproveitados, ainda no período colonial. Por fim, no vale do Rio Branco, três fazendas constituiram o plantel inicial dos rebanhos do Território de Roraima, ainda no século XVIII. Agora, os campos do Puciari, no Madeira, possivelmente continuação interrompida dos campos do Oriente Boliviano, e para onde se lançam os interesses de criadores de São Paulo e de Minas Gerais, que já procuram a aquisição de terras para as fazendas que pretendem instalar. Na Estrada Manaus-Itacoatiára, começa a ocorrer o mesmo. Nas cercanias de Manaus, na Ilha do Careiro, nos Autazes e adjacências, o criatório é um empreendimento vencedor. No Território do Amapá, ocorre a mesma decisão de ampliar a área de ocupação com novos plantéis. No norte de Goiás — na fronteira com o Pará, na Belém-Brasília, é empresa bem sucedida o criatório em Paragominas. O que acontece, no entanto, é que até agora não se fez o necessário tratamento das pastagens nem se garantiu ao gado o seu crescimento pelos cuidados de uma defesa animal eficiente. Como consequência, grandes perdas de vida e um processo lento de desenvolvimento. A participação da pecuária na ocupação dos vazios da Planície pode ser um capítulo novo, de sucesso seguro, em face das experiências anteriores. Todos acreditamos aqui na função económica decisiva da pecuária como instrumento de uma política de ocupação.

Os homens de empresa que reagiram ao extrativismo e se lançaram à aventura da industrialização, aproveitando a Matéria prima regional, são pioneiros que merecem nossa admiração. Devemos-lhe a indústria madeireira, a de tecidos e beneficiamento de juta, a destilação do pau-rosa, as usinas de beneficiamento de castanhas, as usinas de lavagem de borracha, a indústria de couros e peles, a de óleos vegetais, ainda incipiente, a Refinaria de Petróleo em Manaus.

O sal-gema de Nova Olinda, o manganês do Aripuanã, o ferro do Jatapú, o linhito do Solimões, o calcáreo de Maués, a bauxita do Nhamundá, a cassiterita do Madeira, são recursos admiráveis que o sub-solo já está nos apresentando como desafio à nossa capacidade realizadora. Como tal, projectos estão sendo elaborados, com capitais nacionais, da região e do Sul, e com a participação técnica estrangeira para que o parque industrial, no Estado do Amazonas, se desenvolva com maior velocidade e com maior perspectiva de rendimento. Devo acrescentar que há, também, projectos para a produção de açucar em usina modernissima, e de adubos para o enriquecimento do solo. O ferro do Jatapú vai ser aproveitado na siderúrgica de Manaus, a inaugurar-se em 1971.

O Banco da Amazónia e os Bancos regionais dos Estados do Amazonas, Pará e Acre têm a seu cargo, hoje, a política relacionada com o desenvolvimento comercial da região. São órgãos de fomento e também de influência na vida mercantil.

A PAISAGEM CULTURAL

Escrevi há pouco para a revista «*Cultura*», do Conselho Federal de Cultura, longo ensaio em que pretendi apresentar em grandes linhas, o panorama do esforço da Amazónia para integrar-se no movimento do desenvolvimento do País. Recordei os aspectos primários da criação indígena, o conflito cultural entre os que viviam na Amazónia antes da europeização da terra e os europeus que chegavam para a aventura da conquista do espaço e das matérias primas regionais. A propósito desse conflito, tendo em vista que cultura significa toda e qualquer manifestação do engenho humano criando, inventando e estabelecendo um sistema de actividade, fruto desse espírito criador. Fiz-lhe o histórico, partindo da imposição, ao gentio, da língua portuguesa contra a qual se mantinham numa reacção permanente, que nem os Religiosos haviam conseguido superar. A seguir, recordei todo o vasto trabalho de reconhecimento científico que desde a era portuguesa descera como curiosidade ou como interesse político e mercantil. Recordei nomes e factos para chegar à indicação dos que, na própria região, principiaram a estudá-la ou a aproveitá-la para os seus ensaios, os seus romances, o seu teatro, a história e a sociografia.

Vem a pelo registrar que o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazónia e o Instituto de Pesquisas Bibliográficas, ambos do Conselho Nacional de Pesquisas, em colaboração, elaboraram valiosa «*Bibliografia da Amazónia*», onde inscreveram mais de sete mil verbetes, relacionados com a problemática amazónica, número que aumenta pela continuação da pesquisa que já identificou mais dois mil novos verbetes para um outro adicional.

A paisagem cultural da Amazónia, que pode ser considerada sob os ângulos de sua identificação ou da formação de suas elites, teve suas cores mais avivadas a partir do século XVIII, quando se abriram as escolas régias, montaram os cursos mais altos, inclusive um militar, posteriormente enriquecidos pelos Seminários de Belém, Óbidos e Manaus, a que se vieram juntar as Escolas Normais de Belém e Manaus e os Liceus Provinciais das duas Províncias.

Na actualidade, além das instituições de pesquisas a que já fiz referência, há duas Universidades Federais: — uma em Manaus e outra em Belém, uma Escola de alto nível de Agricultura em Belém, uma de pequena envergadura em Manaus, uma Faculdade de Direito em Rio Branco, Acre, além de uma rede bastante vasta de ginásios e institutos de educação mantidos pelos Estados e Territórios e pela iniciativa privada, particularmente as Prelazias Católicas.

Duas Bibliotecas, uma em Manaus e outra em Belém, aquela inteiramente reformada em sua estrutura e enriquecimento em seu acêrvo, com arquivos, o de Manaus também todo reestruturado, servem ao desenvolvimento cultural da Amazónia. Tenho o direito de referir que em meu governo dei ênfase especial a essa actividade criadora. Além dos Ginásios que criei, dos grupos e escolas que construí, fiz editar 40 monografias acerca dos motivos económicos regionais ou estaduais a 104 livros e trabalhos menores em sete séries, que serviriam à divulgação dos autores locais, inclusive paraenses ou acerca da vida amazónica nos seus mais variados temas.

O INTERESSE UNIVERSAL

Escrevi há alguns anos, sendo director do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazónia, o INPA, um livro que alcançou sucesso espantoso. Intitulei-o, depois de muita hesitação — «*A Amazónia e a Cobiça Internacional*». Saiu agora em terceira edição, acrescido de um novo capítulo. Nele pretendi, com acolhida geral, inclusive fora do Brasil, indicar o interesse que a Amazónia despertara e continuava a despertar. Havia uma preocupação mundial pelo que ela podia constituir e continuava uma incógnita que era preciso desvendar. Nos dias de hoje esse interesse cresce. A fome de matérias primas, que poderão ser encontradas na Amazónia, constitui um dos motivos para esse interesse. O outro é aquele a que já me referi, de espaço imenso a convidar, não à sua internacionalização, mas à sua ocupação rápida por aqueles excedentes populacionais, produzidos pela explosão demográfica em expansão, apesar de toda a política de contenção de natalidade, prejudicada pela longevidade, decorrente do uso de métodos e de medicamentos capazes de preservar a saúde e levar os homens a idades muito mais avançadas, que as habituais, diminuindo assim a mortalidade.

As tentativas do Instituto de Hiléa, do Instituto de Pesquisas Tropicais e a mais actual do Instituto Hudson são a evidência mais chocante de que não cessa esse interesse, que abriga propósitos inconfessáveis e prejudiciais à própria segurança nacional. Porque cabe aqui insistir na tese — não se trata de opormo-nos à contribuição, à colaboração da ciência universal ou à comercialização de nossas matérias primas, até hoje tratadas com tanta violência e primarismo pelos que nos despojam de nossas riquezas visíveis. Essa colaboração sempre existiu, realizada, contudo, connosco e não à nossa revelia, como se pretende com tanta coragem. Essa comercialização também sempre ocorreu, promovida por homens de negócios nacionais e estrangeiros que nos anunciaram ao mundo na riqueza de matérias primas que oferecíamos ao crescimento industrial das áreas em desenvolvimento ou já desenvolvidas. O que nos deve exigir cautelas, reservas, prudência é esse audacioso propósito de, ignorando-nos como potência soberana, tentar a investigação, a ocupação, a comercialização. O interesse universal não pode deixar de ocorrer, nem nos podemos opôr a que ele ocorra. Que todavia, seja um interesse que, ao invés de prejudicar-nos, suceda como fruto de nossa acção criadora, vitalisando a Amazónia e integrando-a em nossa mais hábil dinâmica.

A POLÍTICA OFICIAL DE INTEGRAÇÃO

Há hoje, realmente, uma decisão nacional de ocupar a Amazónia. O sentimento popular, as manifestações do poder público são visíveis e dos mais fortes, quanto a essa decisão. Actos oficiais veem sendo praticados por intermédio de organismos como a SPVEA, hoje SUDAM, e Banco de Crédito da Amazónia. Os incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus são demonstrativos desse propósito. Um planejamento integrado elabora-se no Ministério do Interior. Governadores e governados, Executivo e Legislativo Federais apura, em inquéritos ruidosos, perigos à vista, erros cometidos, programas, e promovem planos de trabalho.

A política oficial brasileira não deve, contudo, ser estruturada ignorando-se a existência daquelas outras Amazónias, onde os respectivos governos já se movimentam para operações de integração. O Itamarati, quando promoveu a reunião de Manaus, estava no propósito de promover a reunião dos governos amazónicos para o traçado de um plano mais vasto, que incluísse aquelas outras Amazónias. Seria um planejamento continental, como o que se anuncia com relação à bacia do Prata. Parece-me certa essa atitude do Itamarati, lembrando-se, apenas, que foi o Ministro Macedo Soares que tomou a iniciativa de promover as primeiras providências, que agora se materializam na anunciada conferência. Imaginava o Ministro que o desenvolvimento da Amazónia, de cujo maior espaço somos os detentores, fosse uma realização que tivesse a nossa coordenação. Evitaríamos dessa forma, a infiltração de outros povos ou de outros governos que peturbassem, por qualquer modo, a nossa projecção natural e irreversível.

As forças armadas, com sua presença mais actuante na actualidade, recompondo o esforço similar do passado colonial, assumem um papel edificante na conjuntura. Conheço o que vêm efectuando por experiência própria. Sei, ainda, da confiança que as cerca no interior amazónico, onde as festejam e onde as buscam como aos Religiosos do Credo Católico, pelo que mostram que podiam fazer e continuam a fazer. Além da vigilância exercida ao longo das fronteiras, através de contingentes, sob o controle do GEF, e da direcção mais ampla do «Comando Militar da Amazónia», montam as colónias militares, que constituem uma reprodução do que ocorreu no período colonial e imperial. Com relação à Marinha e à Aeronáutica, os respectivos comandos realizam a complementação da vigilância em termos efectivos, permanentes, em profundidade. A aviação militar cobre a região, em missões civis, atendendo às populações dispersas do *hinterland*. A força naval, além do levantamento que já realizou da costa norte, leva seus barcos constantemente a atendimento das mesmas populações, localizadas às margens dos grandes afluentes do Amazonas.

Os planos oficiais estão em elaboraçâo final. Acredito que não encerrem fantasias. Não há quem tenha o direito de, a essa altura do processo do desenvolvimento universal, venha trazer-nos ou pretenda impôr-nos projectos mirabolantes. Elaboraram-se dentro da política o processo de manutenção e aperfeiçoamento da unidade nacional. A Transamazónica, com as providências complementares, que mobilizam todo o mecanismo da administração Federal está sendo rasgada em obediência a tais propósitos. Constitue o empreendimento mais ousado, mas últimas décadas, desencadeado na América do Sul. Efectivada, como a Belém-Brasília, e posteriormente a Manaus-Roraima, completará um sistema de comunicações, possibilitando e impulsionando a ocupação dos nossos grandes vazios demográficos, com o que teremos, realmente, atendido à exigência nacional de integração.

A empresa amazónica impõe tempo, recursos, decisão de fazer. Assegurará a maturidade brasileira. Revelará ao mundo um povo capaz de promover-se e de realizar-se na sua potencialidade.

Rio de Janeiro, 1971.

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA